

CONSELHO ACADÊMICO SUPERIOR – CONSUP

RESOLUÇÃO nº 074, de 11 de dezembro de 2025.

Altera a redação do art. 208 do Regimento Geral Acadêmico da Universidade de Gurupi – UnirG, para dispor sobre os prazos prescricionais aplicáveis às infrações disciplinares acadêmicas.

O Conselho Acadêmico Superior – CONSUP da Universidade de Gurupi - UnirG, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto Governamental nº 5.861, de 17 de setembro de 2018, e pelo inciso II do artigo 12 do Regimento Geral Acadêmico, conforme registrado na Ata nº 024/2025 da Reunião Plenária Especial, realizada em 11 de dezembro de 2025,

CONSIDERANDO o Parecer nº 480/2005 da Procuradoria Jurídica da Universidade de Gurupi – UnirG, que se manifesta em relação às adequações do Regimento Geral Acadêmico para inclusão de prazos prescricionais das infrações disciplinares, visando conferir maior segurança jurídica aos procedimentos institucionais;

RESOLVE:

Art. 1º. ALTERAR o art. 208 do Regimento Geral Acadêmico da Universidade de Gurupi – UnirG, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 208. As infrações disciplinares sujeitam-se aos seguintes prazos prescricionais, contados da data em que a autoridade competente tiver ciência do fato:

I. 01 (um) ano, quando se tratar de infração leve;

II. 02 (dois) anos, quando se tratar de infração média;

III. 05 (cinco) anos, quando se tratar de infração grave;

IV. 08 (oito) anos, quando se tratar de infração gravíssima.

§ 1º A instauração de processo disciplinar interrompe a prescrição, que volta a correr se o processo ficar paralisado por mais de 02 (dois) anos sem julgamento final.

§ 2º Quando a infração também constituir crime, o prazo prescricional será o previsto na legislação penal, se superior.

§ 3º O acadêmico punido com a exclusão somente poderá retornar à Universidade mediante aprovação em novo vestibular.

I. No caso de infrações graves, nas quais tenha incidido agravante que resulte no desligamento do acadêmico, o retorno será admitido após 02 (dois) anos do fim da aplicação da pena;

II. No caso de infrações gravíssimas, o acadêmico punido com desligamento somente poderá retornar à Universidade de Gurupi – UnirG mediante aprovação em novo vestibular após 08 (oito) anos contados do final da aplicação da pena.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

Gurupi/TO, 11 de dezembro de 2025.

Profª. Dra. Jaqueline de Kássia Ribeiro de Paiva
Presidente do CONSUP
Reitora da Universidade de Gurupi - UnirG
Decreto Municipal nº 1.889/2024